

216ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

Data: 08/04/2026

Hora: 14:30h às 16h30

Local: Hotel Tamareiras

Presentes:

Conselheiro/Empregado	Cargo/Entidade
José Ciro Mota	Presidente e representante titular classe industrial
Erick Nilson Souto	Representante titular classe poder público
Edilson Avelino da Mata	Representante titular classe comercial
José Luis França	Representante suplente classe comercial
Solange Medeiros	Representante titular classe residencial
Aline de Freitas Veloso	Representante titular classe rural
Luciano José de Oliveira	Secretário Executivo – Gerente de Ouvidoria CEMIG
Renata Ribeiro Silvestre	Técnico de Ouvidoria
Fellipe Fernandes G Santos	Gerente de Análise e Controle de Riscos de Energia – PC/AR

1 - Abertura

José Ciro Mota, Presidente do Conselho e representante da classe industrial, iniciou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Felipe para dar prosseguimento à pauta, com a exposição da contribuição da Cemig referente à Contribuição Externa nº 001/26, que trata do Nível de Aversão ao Risco nos Modelos Computacionais do Setor Elétrico – Ciclo 2025/2026.

2- Contribuição Externa 001/26 - Nível De Aversão Ao Risco Nos Modelos Computacionais Do Setor Elétrico Ciclo 2025/2026

Na sequência, Fellipe Fernandes, Gerente de Análise e Controle de Riscos de Energia, informou que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com o apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vêm atuando de forma conjunta, no âmbito do Comitê Técnico (CT) PMO/PLD, no desenvolvendo de subsídios para avaliação do nível de aversão ao risco dos modelos computacionais pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Esclareceu que a definição dos parâmetros de aversão ao risco pelo CMSE deve ocorrer até dia 20 de maio de 2026, com vigência a partir da primeira semana

216ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

operativa de janeiro de 2027 para os processos de planejamento e programação da operação e formação de preço de curto prazo.

Após análise detalhada do Relatório Técnico CT-PMO-PLD 001/2026 - GT Calibração CVaR, Fellipe informou que a Cemig concluiu pela recomendação da adoção do par CVaR (15,30), uma vez que esse é o par que apresenta maior aderência à curva de referência (CRef), ao mesmo tempo que apresenta o menor impacto tarifário, reduzindo custos adicionais aos consumidores finais, e consequente impacto na inflação.

Os estudos têm por objetivo identificar os parâmetros ideais para definição dos custos operacionais do sistema, bem como para o despacho de usinas termelétricas, de modo a assegurar níveis adequados de segurança operativa. As contribuições ao processo deverão ser encaminhadas até a data limite de 10 de abril de 2026.

O representante suplente da classe comercial, José Luis França, sugeriu que o Conselho endosse a posição técnica da Cemig e, posteriormente envie uma carta para a ANEEL manifestando posição contrária à oneração tarifária. Destacou que a busca por segurança não pode pactuar nem representar excessos, sendo necessário buscar um equilíbrio para evitar que o incremento de custo recaia diretamente sobre o consumidor. O desafio está em encontrar o ponto de equilíbrio entre segurança e custo o que na visão do conselheiro não foi alcançado pela proposta.

Na sequência, José Ciro Mota comunicou o recebimento da carta de renúncia do conselheiro suplente da classe rural, Sr. Weber Bernardes. A referida carta, recebida dia 20/03/2026, foi lida pelo Secretário Executivo, Luciano José de Oliveira, que esclareceu ser de competência do Conselho deliberar sobre o envio de correspondência à FAEMG para solicitar indicação de substituto para o restante do mandato. Luciano lembrou também que o novo conselheiro que assumir o período remanescente consumirá um mandato, ou seja, poderá ser reconduzido apenas uma vez. Após deliberação, o Conselho decidiu pelo envio de correspondência à FAEMG para solicitar a indicação de novo conselheiro suplente.

José Ciro também informou ter elaborado um esboço de plano de ação voltado ao atingimento das metas regulatórias da ANEEL, solicitando que o documento seja encaminhado aos demais conselheiros para contribuições e aprimoramento.

José Luis solicitou que seja apresentado ao Conselho o detalhamento do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD) com valores previstos e investidos por programa, incluindo a previsão de realização de 2026 e 2027, (Mais Energia, Minas Trifásico, etc.).

3 - Notícias da Cemig

216ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

Luciano José de Oliveira informou que, por deliberação da Diretoria da Cemig, não serão mais informados dados segregados de DEC/FEC rural, pois esses indicadores não são acompanhados pela ANEEL, não possuem regulação específica e não permitem comparação com demais distribuidoras.

José Luis ponderou que apesar de não concordar com a medida entende que a principal questão é justamente a ausência de regulação da Aneel sobre DEC/FEC da área rural, este assunto vem sendo protelado sem justificativa plausível a anos pela agência reguladora (cálculo dos índices de qualidade e continuidade de fornecimento) e ao que parece é só falta de vontade visto que a distribuidora Cemig conseguiu apurá-los. O conselheiro lembrou da importância de apuração dos indicadores citados para quase 4 milhões de brasileiros incluindo 688 mil mineiros.

José Ciro sugeriu que o conselho envie uma carta à Aneel manifestando insatisfação do Conselho com a ausência de metodologia para apuração e acompanhamento do DEC/FEC rural.

Aline solicitou que sejam apresentados ao Conselho os critérios e a metodologia utilizados pela Cemig para obtenção do DEC e FEC rural. Luciano informou que tal informação não será disponibilizada, em função da decisão da diretoria e cuja motivação já foi apresentada.

José Luis comentou sobre a pesquisa de satisfação que a Cemig está realizando no segmento rural, e que será posteriormente divulgada ao Conselho, questionando quais critérios estão sendo adotados. Luciano informou que foi adotada metodologia semelhante à adotada para a pesquisa ISQP de clientes residenciais.

Edilson manifestou preocupação quanto ao retrocesso representado pela não divulgação dos dados de DEC e FEC rural, o que dificulta avanços no debate do tema.

Alexandre informou que a Cemig recebeu visitas técnicas de representantes da Copel e da Energisa, com o objetivo de conhecer o Programa Cemig Agro.

Luciano informou que a Cemig está orientando os clientes quanto à atualização cadastral necessária para manutenção do benefício da Tarifa Social, sendo que os leituristas entregarão correspondência específica juntamente com a fatura mensal.

Luciano informou também que ANEEL definiu critérios para pagamento de compensação por falta de energia emergencial, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 1.137/25.

Jose Luís ponderou que se a concessionária irá ressarcir os consumidores urbanos e rurais que ficarem mais de 24 e 48 horas respectivamente sem energia, então será apurado o tempo que cada consumidor, seja ele urbano

216ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

ou rural ficou sem energia. Como o cálculo do DEC pela fórmula é o somatório dos tempos de interrupção vezes o número de consumidores afetados dividido pelo número total de consumidores a plataforma para cálculo do DEC urbano e rural está pronta, bastando a Aneel regular a metodologia de cálculo.

Na sequência Luciano apresentou o Projeto Radar, ferramenta disponibilizada pela Aneel através do site <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/hubDistribuicao/monitoramentoInterrupcoesFornecimentoBrasil>, que permite o acompanhamento, em tempo real, da quantidade de consumidores sem fornecimento de energia pelas distribuidoras.

Atendendo pedido do José Luis, as próximas reuniões do Conselho serão iniciadas com a apresentação, através do site da Aneel, dos status de interrupções da Cemig no momento da reunião.

Aline comentou sobre aproximação da revisão tarifária e da necessidade de o Conselho tomar conhecimento prévio dos estudos que fundamentarão a proposta de revisão. Luciano comentou que é preciso aguardar o envio da planilha Sparta pela ANEEL e que, tão logo seja disponibilizada, será marcada reunião específica para apresentação ao Conselho.

José Luis registrou que discorda de qualquer reajuste tarifário que ultrapasse o índice INPC, propôs que na reunião que tratará do assunto seja incluído um comparativo desde a revisão tarifaria de 2022 até proposta para 2026, do aumento da tarifa de energia para as várias classes de consumo comparando ao INPC e IPCA.

Por fim, Luciano informou também que, conforme solicitado pelo Conselho, foi incluído o endereço do Instagram do Conselho nas faturas de energia elétrica. A informação está constando no campo “Informações Gerais” desde o faturamento do mês de maio de 2026.



216ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

4 - Encerramento

José Ciro Mota, Presidente do Conselho, declarou encerrada a reunião, agradecendo a disponibilidade e a participação de todos os presentes.

José Ciro Mota
Presidente do Conselho de
Consumidores
da CEMIG
Conselheiro Titular Representante
da Classe Industrial

Luciano José de Oliveira
Secretário Executivo do Conselho de
Consumidores da CEMIG

Solange Medeiros de Abreu
Conselheira Titular Representante da
Classe Residencial

Aline de Freitas Veloso
Conselheiro Titular Representante
da Classe Rural

Edilson Avelino da Mata
Conselheiro Titular Representante da
Classe Comercial

José Luis França dos Santos
Conselheiro Suplente
Representante da Classe Comercial

Erick Nilson Souto
Conselheiro Titular Representante da
Classe Poder Público

Alexandre Ribeiro de Almeida
Secretário Suplente do Conselho